

La Política Encarnada: identidades electorales de indígenas mujeres en Instagram

Daniela Matos⁴

DOI: 10.31501/esf.v3i34.15882

Palavras-chave: Indígenas mulheres. Identidades eleitorais. Eleições 2022. Corporalidades. Visualidades.

Keywords: Women indigenous. Electoral identities. 2022 elections. Corporalities. Visualities.

Palabras-clave: Indígenas mujeres. Identidades electorales. Elecciones 2022. Corporalidades. Visualidades.

⁴ Doutora, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, BA, Brasil. d.abreu.matos@gmail.com | <https://orcid.org/0000-0002-3859-8488>



Introdução: corpos indígenas no campo político institucional

O ingresso de indígenas mulheres⁵ na política institucional brasileira é um fenômeno recente, mas de enorme densidade simbólica e política. A eleição de Sonia Guajajara (PSOL - SP), Célia Xakriabá (PSOL-MG), Juliana Cardoso (PT-SP) e Silvia Waiãpi (PL-AP), como deputadas federais, em 2022, marca não apenas a ampliação da presença indígena no Parlamento, mas o surgimento de disputas sobre os sentidos da representação, da ancestralidade, das epistemologias e da inscrição das mulheres no Congresso Nacional.

Essas candidaturas devem ser compreendidas à luz do movimento histórico de organização indígena para ocupação do Parlamento, especialmente a partir da Carta da APIB (2017), que afirma a urgência de um Congresso “cada vez mais indígena”. Trinta e dois anos após a eleição do cacique Juruna, houve a eleição de Joênia Wapichana, em 2018, primeira indígena mulher eleita deputada federal, por Roraima. Nesse mesmo ano, Sonia Guajajara foi candidata a vice-presidente, na chapa encabeçada por Guilherme Boulos. Em 2022, em comparação a 2014, houve o crescimento de 193% de candidaturas femininas entre indígenas, passando de 29 para 85 postulantes (Baniwa, Kaingang, Guajajara e Tembé, 2022, p. 112).

As candidatas eleitas selecionadas para este artigo se autodeclararam indígenas, mas suas performances eleitorais e projetos políticos operam em registros distintos e, em muitos casos, antagônicos. Este trabalho parte da corporalidade como eixo metodológico e analítico para

⁵ Em diálogo com Pereira (2025), Harari (2022) e Baniwa, Kaingang, Guajajara e Tembé (2022) utilizamos a expressão “indígenas mulheres” em lugar da expressão mais corriqueira “mulheres indígenas” para destacar o marcador étnico na relação com o marcador de gênero nesse contexto de luta.

Dossiê Comunicação e Pensamento Indígena

compreender como esses corpos se inscrevem e são inscritos no campo da política institucional, e como eles acionam sentidos contrastantes sobre identidade, território e poder.

Matos (2012) defende que as indígenas sempre tiveram protagonismo nas lutas políticas, mesmo que seus corpos não estivessem tão presentes nos espaços públicos. Nessa perspectiva, o que modificou nos últimos tempos, portanto, não foi propriamente a importância política das mulheres em suas comunidades de pertença e sim a sua inserção em espaços antes ocupados quase que integralmente pelos homens, ainda que, na política institucional, mesmo a presença indígena masculina também seja pequena.

Nos limites deste artigo, procuramos avançar nas reflexões sobre as formas de presença das indígenas mulheres em contextos de disputa por um espaço institucional no campo político. Particularmente, analisamos como as identidades eleitorais das quatro candidatas eleitas autodeclaradas indígenas foram performadas nos seus perfis no Instagram durante a campanha de 2022. Para isso, realizamos uma análise visual das postagens, a partir da reflexão sobre as formas de articulação entre corpo, tempo e espaço, materializada nos perfis do Instagram das quatro parlamentares em questão. Como pesquisadoras não indígenas, formulamos questões relacionadas aos deslocamentos e processos de transformação da cultura (Williams, 1979) e das visualidades (Mizoeff, 2003).

Ao centrar a análise na corporalidade, o artigo adota o princípio da inteireza metodológica: a ideia de que a identidade política não pode ser compreendida apenas por discursos ou programas, mas envolve também performances visuais, corporais e afetivas. Analisamos, assim, como Sonia Guajajara

Dossiê Comunicação e Pensamento Indígena

(PSOL-SP), Célia Xakriabá (PSOL-MG), Juliana Cardoso (PT-SP) e Silvia Waiãpi (PL-AP) se apresentam, projetam e negociam suas presenças no Instagram, entre 24 de setembro e 1º de outubro de 2022, reta final do 1º turno das eleições. O objetivo da seleção se deve à intenção de captar sentidos centrais e reiterados, construídos durante a fase final da corrida eleitoral.

Inteireza metodológica: olhar para o corpo como território em disputa

Entendemos o Instagram como uma tecnologia de subjetivação: ela molda formas de ver e de ser visto, e sua lógica visual e performativa exige que os corpos se façam legíveis para públicos amplos, enquanto permite a ativação de símbolos, narrativas e estéticas específicas. Tal condição implica pensar essa rede social digital como dispositivo de poder que produz modos de existência, regula afetos e organiza os regimes de visibilidade por meio dos quais os corpos adquirem inteligibilidade social, tornando-se espaço singular para a captura das identidades eleitorais das candidatas.

Desse modo, ao centrarmos essa investigação em práticas comunicacionais no Instagram, reconhecemos a plataforma como ambiente estruturante das performances identitárias analisadas. A isso equivale dizer que o Instagram não é um mero espaço neutro de circulação de conteúdos, mas um sistema midiático com arquiteturas específicas (visuais, temporais e relacionais) que moldam o que pode ser visto, reconhecido e engajado. Nesse contexto, pensar o fenômeno da plataformização (Van Dijck, Poell & de Waal, 2018) é fundamental para compreender que as plataformas digitais operam como infraestruturas sociotécnicas que condicionam práticas culturais e políticas, definindo regras de visibilidade, mecanismos de circulação e formatos de expressão. No caso do Instagram, sua

Dossiê Comunicação e Pensamento Indígena

centralidade na visualidade, sua lógica orientada ao engajamento e sua estética padronizada criam um ecossistema no qual a autoapresentação torna-se um exercício simultaneamente íntimo e público, profundo e estrategicamente calculado.

As especificidades técnicas da plataforma, com suas *affordances*, conformam diretamente a forma como identidades são performadas. *Affordances*, como discutem Bucher e Helmond (2018), referem-se às possibilidades e limitações inscritas no design e na arquitetura de plataformas, orientando comportamentos e moldando interações. No Instagram, recursos como *stories*, *reels*, filtros, marcações geográficas, templates visuais e ferramentas de edição atuam como operadores que mediam a expressão de si e moldam os contornos do “eu político” apresentado. Para as candidaturas indígenas, essas *affordances* funcionam como dispositivos que permitem tanto a reiteração de estéticas ancestrais quanto a produção de novas visualidades (ritualizadas, cosmopolitas, interseccionais, nacionalistas...). Assim, a performance corporal analisada neste estudo não emerge apenas das subjetividades das candidatas, mas da interação contínua entre agência humana, infraestrutura tecnológica e regimes de visibilidade próprios da plataforma.

Além das *affordances*, a lógica algorítmica do Instagram é um elemento central para compreender os processos comunicacionais e simbólicos em jogo. Como demonstram Gillespie (2014) e Noble (2018), algoritmos não são mecanismos neutros de ordenação, mas sistemas normativos que privilegiam determinados conteúdos, afetos e corpos, em detrimento de tantos outros, por meio de lógicas comerciais e políticas, inclusive. A curadoria algorítmica baseada em engajamento tende a valorizar conteúdos emocionalmente expressivos, visualmente marcantes e facilmente circuláveis,

Dossiê Comunicação e Pensamento Indígena

características que inevitavelmente dialogam com o modo como candidatas indígenas moldam e agenciam suas performances. Desse modo, as interações no Instagram são tomadas como práticas midiáticas (Hjarvard, 2013), isto é, práticas sociais que se (re) organizam em função da presença estruturante da mídia digital. A subjetivação política analisada aqui é, portanto, uma subjetivação midiática, marcada por relações intersubjetivas que se dão tanto entre sujeitos quanto entre estes e a infraestrutura técnica que medeia suas ações. Esse enquadramento nos ajuda a qualificar as evidências empíricas do estudo, pois situa a produção de sentido na construção dos “pares políticos” e nas performances corporais ou nas imagens de circulação viral, a partir de um campo de forças em que tecnologia, política e identidade se coproduzem e tensionam mutuamente. Assim, mais do que um espaço de expressão, o Instagram se mostra como um dispositivo de mediação que participa ativamente da conformação do que pode ser reconhecido como identitário, indígena, feminino e politicamente legível.

Para Foucault (1995), as tecnologias de subjetivação operam na condução das ações dos sujeitos, por meio de normatizações sutis que atravessam práticas cotidianas e modos de se apresentar no mundo. No caso das redes sociais digitais, tais tecnologias são amplificadas por lógicas algorítmicas que condicionam o que é mostrado, o que circula e o que é valorizado. Como observa Sibilia (2008), no espaço digital, a exposição do eu se torna uma forma de existência socialmente reconhecida, na qual “ser é ser visto”, de modo que o Instagram conjuga uma economia da atenção, em que os corpos são performados como imagens, atravessados por filtros culturais e dispositivos técnicos de visualização.

Dossiê Comunicação e Pensamento Indígena

Essa lógica performativa exige que os sujeitos se fabriquem continuamente como imagem, em uma dinâmica que mistura autenticidade e espetacularização. Judith Butler (2018) já indicava que o corpo é constituído por normas que o precedem e excedem, sendo a identidade o efeito de performances reiteradas. No Instagram, essa performatividade é intensificada, pois cada postagem, enquadramento e estética mobilizados reiteram ou desafiam normas de gênero, raça, classe e território. Em situações particulares, como a corrida eleitoral, os recursos de performatividade são atravessados também por lógicas que compõem as disputas políticas em associação à construção das identidades eleitorais das candidaturas, que mobilizam tanto questões políticas, quanto dimensões étnico raciais, de gênero e demais elementos identitários (Caetano, Marques, Mendonça, 2024; Panke, 2016).

Nesse jogo, entram em cena articulações tanto referentes às discursividades políticas, quanto organizações das performatividades corporais vinculadas à promoção de aproximações e identificações junto às comunidades de pertencimento e às bases eleitorais. Tal processo, a nosso ver, a partir de Butler (2015), envolve a ética e as práticas do eu, que são apreendidas como autoprodução em múltiplas formas de performatividade, numa articulação entre dimensão psíquica e discursiva. Butler enfatiza ainda, a partir de Foucault, o quanto a ação reflexiva de um sujeito, compreendido como aquele que emerge de condições relacionais específicas e contingentes, está relacionada à racionalidade a qual ele tem de corresponder ou com a qual negocia. É nesse espaço disputado que se inscreve a presença das candidatas indígenas recortadas para este estudo.

Para aprofundar a análise das performances corporais como formas de inscrição política, é fundamental, ainda que brevemente, tensionar nossa discussão com a noção de representação política.

Dossiê Comunicação e Pensamento Indígena

Alinhamo-nos com a perspectiva de que a representação não pode ser entendida apenas como delegação ou espelhamento identitário, mas se constitui como processo ativo de construção pública da legitimidade. Nessa linha, Michael Saward (2010) propõe o conceito de *representative claim*, deslocando o foco do “quem representa” para o ato pelo qual um sujeito, grupo e/ou instituição reivindicam representar alguém perante um público. Esse enquadramento nos ajuda a compreender que as postagens analisadas não apenas exibem identidades indígenas, mas constituem performances de reivindicação. São, portanto, tomadas como gestos visuais, corporais e discursivos pelos quais cada candidata diz “quem sou eu”, “quem represento” e “a que coletividade pertencço”. A dimensão corporal não é, nesse sentido, um dado, mas uma tecnologia simbólica central na formulação de reivindicações representativas. Essa perspectiva também permite tangenciar a relação entre corpo e autoridade política. Como argumenta Nadia Urbinati (2006), a representação é um processo contínuo de “advocacia política”, no qual o representante atua como mediador entre mundos sociais distintos, materializando demandas, sensibilidades e afetos.

O diálogo com a literatura da representação reforça ainda que identidades políticas não são entidades fixas, mas efeitos de articulação (Hall, 2009) que se consolidam por meio de reivindicações representativas visualmente mediadas. Ao incorporarmos essas perspectivas, enfatizamos que a disputa em torno das visualidades indígenas no Instagram não é apenas disputa estética, mas uma disputa representacional. Não se trata de como esses corpos aparecem, mas de como elaboram reivindicações que buscam instituir determinados sentidos de “indígena”, “mulher” e “representante política” no espaço público. Nesse sentido, as candidaturas analisadas revelam que a política representativa contemporânea é cada vez mais performada no e pelo corpo. Um corpo que reivindica,

Dossiê Comunicação e Pensamento Indígena

interpela, negocia, traduz e tensiona regimes coloniais do ver e do ouvir. Assim, ao integrar a teoria política da representação a este estudo, reforçamos o argumento central de que o corpo indígena, enquanto linguagem política, é também operador crucial da representação discursiva, estética e afetiva no cenário eleitoral brasileiro.

Ao contrário de uma simples inserção em espaços hegemônicos de representação, essas presenças tensionam os regimes coloniais do ver e buscam construir suas presenças políticas por meio de esforços que revelam uma economia da presença pública das candidatas no Instagram. Por isso, compreende-se o corpo como linguagem política: ele não apenas comunica, mas age, afeta e convoca. Nas campanhas dessas mulheres, o corpo indígena é mobilizado como território simbólico e político, afirmando pertença, ancestralidade e resistência. As pinturas corporais, os cocares, os adereços, os grafismos e os territórios evocam cosmologias próprias, reconfiguram e tocam sentidos sobre a representação política (Matos et al, 2024).

Essas práticas visuais constituem, portanto, o que Rolnik (2018) chama de "estetopolítica": uma política sensível, que opera nos corpos, nos afetos, nas imagens e nos modos de existir. No caso das candidaturas indígenas, a estetopolítica emerge como tática de afirmação de outras epistemologias, que atravessam e desestabilizam a colonialidade do poder (Quijano, 2005). A presença desses corpos nos espaços de decisão institucional, performada também nas redes, atualiza a cena política brasileira a partir de outros códigos de visualidade, instaurando uma pedagogia pública do olhar, uma vez que, não apenas marcam presença, mas orientam outros modos de compreensão, deslocando as formas hegemônicas de perceber e (re)afirmar o que é político.

Dossiê Comunicação e Pensamento Indígena

Nesse sentido a concepção de corpo-território, já discutida por Matos et al (2024), demarca a indissociabilidade formulada pelas epistemologias indígenas entre as dimensões da presença dos corpos no espaço, do vínculo com a terra e seus biomas de origem e o entendimento desses corpos também a partir de sua dimensão espacial, relacional e afetiva. A formulação de Braulina Baniwa e autoras (2022, p. 107) apresenta com densidade essa proposição: "Quando falamos de corpo território, dizemos que, embora possamos estar em um outro lugar, que não é mais o nosso território dito tradicional, nosso bioma ou as nossas aldeias, carregamos no nosso corpo a marca da coletividade dos nossos povos, a sabedoria das nossas anciãs, a nossa ancestralidade e a nossa espiritualidade".

O Instagram é apropriado como território de disputa simbólica e reterritorialização epistêmica. A imagem, para essas candidaturas, é mais do que veículo de comunicação: é parte constitutiva do fazer político que elas reivindicam. Os corpos que aparecem na tela não são apêndices da fala institucional, mas condição de possibilidade de uma nova gramática da presença. Uma presença que não busca caber no enquadramento hegemônico, mas desbordá-lo, tensionando seus limites, ativando afetos e instaurando outros modos de existir.

Assim, ainda que não tenhamos como objetivo debater profundamente sobre a visualidade propiciada pelo Instagram, destacamos a cultura visual como parte da experiência cotidiana, marcada pela interação entre espectador e o que é observado, em acontecimentos visuais (Mirzoeff, 2003). O esforço analítico empreendido observou o modo de irrupção de corpos e vozes que subvertem e desafiam lógicas históricas da representatividade étnico-racial no Congresso Federal, predominantemente masculina e branca.

Dossiê Comunicação e Pensamento Indígena

Portanto, o uso do Instagram por candidaturas indígenas não pode ser lido somente como estratégia de marketing político. Trata-se de uma prática estética e ética que transforma a imagem em campo de disputa e resistência. É ali que se fabrica uma política da presença, onde corpo, território, ancestralidade e desejo se entrelaçam em visualidades que descolonizam o olhar. As candidatas, a seguir apresentadas, bem como o corpo de indígenas mulheres, nesse cenário, não é apenas imagem e sim linguagem de mundo.

Eleita primeira deputada federal indígena pelo PSOL, do estado de São Paulo, em 2022, Sonia Guajajara, 49 anos, tornou-se a primeira Ministra dos Povos Indígenas do Brasil, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2023. Ela nasceu, em 1974, na Terra Indígena Araribóia, habitada pelo povo Guajajara/Tenetehara, em Amarante do Maranhão, e foi para Minas Gerais estudar no ensino médio. Seu perfil no Instagram, criado em 2016, conta com 776 mil seguidores e realizou 12.413 postagens até o período da coleta para essa análise. Nas imagens postadas, chama atenção a ênfase na identidade de indígena mulher, com o uso de cocares, colares, brincos, pulseiras e braceletes, sobre vestidos e combinações com saias, além de pinturas no rosto e no corpo.

Célia é uma mulher indígena do povo Xakriabá e foi eleita aos 32 anos como a primeira deputada federal indígena pelo Estado de Minas Gerais. O perfil no Instagram foi criado em dezembro de 2014, mas apenas em julho de 2020 se tornou uma “conta verificada”. À época, contava com 252 mil seguidores e 5.532 publicações. Durante o período recortado, há afirmações recorrentes sobre a importância da composição de uma “bancada do cocar”, pela justiça ambiental e pelos direitos dos povos indígenas.

Dossiê Comunicação e Pensamento Indígena

Juliana Cardoso (PT-SP), filha de pai indígena (Terena/Aquidauana (MS)) e mãe negra, cresceu na periferia paulistana e é engajada em movimentos sociais e nas Comunidades Eclesiais de Base. Foi eleita quatro vezes vereadora em São Paulo (2008, 2012, 2016 e 2020) e alcançou seu primeiro mandato como deputada federal em 2022. À época, seu perfil oficial do Instagram, criado em abril de 2012, possuía 6.325 postagens e contabilizava 30,8 mil seguidores. No seu feed, no período analisado, há conteúdos afirmando sua autodeclaração como afro-indígena, feminista e militante de Direitos Humanos, além de manifestações de apoio às lutas sindicais e aos movimentos sociais.

Sílvia Nobre Waiãpi nasceu em 29 de agosto de 1975, na tribo Waiãpi, no interior do Amapá. Ela foi mãe aos 13 anos; saiu da aldeia um ano depois e viveu em situação de rua na cidade do Rio de Janeiro (RJ). Atuou como atriz em produções da Rede Globo; foi atleta de corrida do time Vasco da Gama; estudou Fisioterapia; e, em 2011, após ter passado nos concursos da Marinha e do Exército, tornou-se a primeira indígena membro do Exército Brasileiro. O seu perfil foi iniciado no Instagram em agosto de 2018 e contava com 199 mil seguidores e 1344 postagens no feed (conforme coleta de outubro de 2023). À época, suas postagens a identificam como “mulher do norte” e indígena, declaram sua associação aos militares e a inscrevem como defensora da “mulher, da criança e da família”.

A análise da atuação das indígenas candidatas em seus perfis no Instagram realizada neste trabalho parte da compreensão da identidade como um conceito “sob rasura”: a identidade como fraturada e fragmentada, resultante de uma sutura que envolve a definição de fronteiras, em dinâmicas processuais de subjetivação, em meio a discursos, práticas e a políticas de exclusão. Como nosso interesse volta-se para os processos de subjetivação nas construções identitárias em tensionamento

Dossiê Comunicação e Pensamento Indígena

com a construção pública de suas identidades eleitorais, as tomamos, como sugere Hall (2009, p. 106), dentro dos discursos, em locais históricos e institucionais específicos: “A identificação é, pois, um processo de articulação, uma suturação, uma sobredeterminação e não uma subsunção”.

As identidades eleitorais observadas são tratadas então por uma abordagem discursiva e relacional, que investiga sentidos que vinculam a elaboração subjetiva na plataforma, bem como a inscrição das candidatas em uma comunidade intersubjetiva. Procura-se perceber como as postagens revelam suas atuações públicas envolvendo dimensões discursivas, estéticas e políticas que enunciam os posicionamentos políticos com os quais se identificam e as parcerias que travam na construção de suas candidaturas no campo político.

Para a realização da análise dos perfis oficiais das candidatas no Instagram foram coletadas, manualmente, as postagens realizadas entre os dias 24 de setembro de 2022 e 01 de outubro de 2022, compreendendo a última semana da campanha eleitoral. Ao todo, houve a seguinte coleta: 97 postagens de Sonia Guajajara; 68 postagens de Célia Xakriabá; 78 postagens de Juliana Cardoso; e 13 postagens de Sílvia Wajãpi. A definição desse *corpus* responde à compreensão de que a comunicação política das candidatas se intensifica e se consolida na última semana de campanha, período em que se adensam as performances identitárias e as estratégias de visibilidade nas redes. Trata-se, portanto, de um momento privilegiado para observar como corpo, território e ancestralidade são mobilizados nas disputas simbólicas, uma vez que, a corporalidade constitui um lugar de enunciação e disputa política que se atualiza performativamente nas imagens.

Dossiê Comunicação e Pensamento Indígena

A opção por coletar todas as postagens do período (e não apenas exemplos ilustrativos), nos permitiu observar a regularidade das expressões corporais, a recorrência de signos ancestrais, as escolhas estéticas e os modos como cada candidatura constrói sua representação pública. Essa decisão está alinhada à perspectiva de que o corpo, enquanto território político e epistemológico, se manifesta em gestos, enquadramentos, presenças e ausências, elementos que só emergem plenamente quando observados em conjunto.

Ao considerarmos a integralidade das publicações, torna-se possível analisar como as performatividades são moduladas pelo ambiente midiático do Instagram, que demanda ritmos específicos de presença, atualizações constantes e negociações entre identidade, estética e visibilidade. Assim, o *corpus* não apenas documenta a atividade das candidatas, mas evidencia as formas pelas quais suas corporalidades são trabalhadas como estratégias discursivas e políticas no contexto plataformizado da campanha eleitoral. Desse modo, os *prints* que selecionamos para a análise que se segue são tomados como emblemáticos desse conjunto contextual e não como meramente exemplares ou ilustrativos.

Além disso, diante da complexidade do corpus reunido e das reflexões sistematizadas anteriormente (Matos et al, 2024), a abordagem metodológica desenvolvida visa compreender a construção das identidades eleitorais dessas quatro indígenas mulheres, a partir de duas categorias que emergiram do trabalho de campo, bem como do tensionamento conceitual ora apresentado: a) Pares políticos e b) Construção de si.

Dossiê Comunicação e Pensamento Indígena

A categoria “Pares políticos” observa como as postagens que evidenciam as suas filiações e associações coletivas as insere em um grupo político de identificação, que engloba tanto a política partidária quanto a sua base eleitoral. Em tais casos, aparecem tanto suas vinculações com demais candidatos e candidatas dos partidos e alianças partidárias, quanto seus pares de referência junto às suas comunidades de origem.

A categoria “Construção de si” analisa a elaboração discursiva da própria presença, ou seja, busca compreender como aspectos estéticos, políticos e culturais são mobilizados nas postagens a fim de elaborar sentidos sobre suas próprias candidaturas, revelando suas identidades eleitorais por meio de suas corporalidades – acionadas na condição de territórios políticos, cujos sentidos são apresentados e disputados publicamente. Nesses casos, problematiza-se como certos elementos se referem às suas comunidades de pertencimento pelos traços estéticos, rituais e temas políticos, dando-lhes proeminência ao reforçarem as adesões políticas das candidatas.

Assim, a corporalidade, categoria central deste estudo, não se limita a designar o corpo como suporte físico ou marcador identitário, mas compreende o corpo como campo político, epistemológico e territorial. Nas epistemologias indígenas, o corpo é simultaneamente território e arquivo, um *locus* de inscrição histórica, espiritual e cosmológica (Kopenawa & Albert, 2015; R. Baniwa, 2019). Essa perspectiva guia a análise que se segue para além do dualismo moderno (entre corpo e mente, corpo e cultura, sujeito e espaço), entendendo que as fronteiras corporais são permeáveis às relações com o território, com os ancestrais e com a coletividade. Assim, quando uma candidata indígena performa sua

Dossiê Comunicação e Pensamento Indígena

identidade no Instagram, não está apenas acionando atributos visuais, mas atualizando uma ontologia relacional na qual corpo–território–ancestralidade constituem uma mesma trama.

O reconhecimento dessa articulação, portanto, nos exige um olhar crítico que leve em conta as formas como projetos coloniais historicamente tentaram desarticular esses elementos e assim nos permite enfrentar analiticamente as colonialidades do poder que operam produzindo corpos racializados como objetos e não como sujeitos de enunciação (Lugones, 2014; Mignolo & Walsh, 2018). Partimos da premissa de que nas candidaturas indígenas há potência para a reinscrição do corpo como território e como presença política, desafiando diretamente essa lógica. Conforme será apresentado adiante, Sonia Guajajara e Célia Xakriabá, ao acionarem visualidades vinculadas à ancestralidade (cocares, pinturas, rituais) reterritorializam o corpo como extensão do coletivo e da luta territorial. Já Silvia Waiãpi reconfigura essa relação ao articular elementos indígenas com um imaginário militar-nacionalista, criando uma estética que tensiona noções de conquista, obediência e pertencimento. Cada uma delas opera, assim, arranjos distintos entre ancestralidade e futuridade, tornando o corpo um dispositivo de disputa política.

Nesse contexto, a noção de performatividade precisa ir além de sua formulação clássica. Embora o pensamento de Butler (2018) sobre a performatividade das identidades seja fundamental para a análise que se segue, reconhecemos que sua aplicação direta às corporeidades indígenas seria insuficiente, pois, apesar de reivindicar o reconhecimento da existência de outros corpos, não contempla ontologias corporais que não derivam do modelo ocidental de sujeito. Por isso, articulamos as discussões de Butler com perspectivas como as de Povinelli (2016), que discute como certas vidas

Dossiê Comunicação e Pensamento Indígena

são reconhecíveis enquanto outras permanecem invisibilizadas; e com as de Audra Simpson (2014), que trata da recusa e da soberania corporal como atos políticos de comunidades indígenas do Canadá. Nessa perspectiva, a performatividade indígena no Instagram é tomada não apenas como repetição de normas e sim como invenção política situada, na qual o corpo performa muito mais que gênero ou etnia, mas relações cosmológicas, vínculos territoriais e disputas por soberania.

Além disso, as dinâmicas algorítmicas da plataforma impõem um tensionamento adicional à performatividade em nosso exercício analítico. No Instagram, a performance não é dirigida exclusivamente a um público humano, mas também para recomendações, métricas, filtros, reconhecimento de padrões e curadorias algorítmicas (Gillespie, 2014; Bucher, 2018). A performatividade, portanto, é atravessada por condicionamentos técnicos que filtram quais corporalidades se tornam visíveis, amplificadas ou silenciadas, operando como uma nova camada de colonialidade digital. Integrar essa dimensão é essencial para compreender como corpo, território e ancestralidade são reencenados no ambiente midiático do Instagram, conforme analisamos a seguir.

Pares Políticos

Nos quatro perfis analisados, é bastante relevante a apresentação dos vínculos políticos como forma de demarcar o lugar de atuação pública, mas também como estratégia de conquista de visibilidade para suas candidaturas. Notamos que há dois usos recorrentes, conforme será apresentado adiante (Fig.1): a) a apresentação dos apoiadores e das apoiadoras que compartilham o mesmo partido ou da mesma base partidária e b) o acionamento de comunidades de pertencimento e figuras públicas

Dossiê Comunicação e Pensamento Indígena

que não fazem parte do circuito da política partidária, mas que contribuem para articulação de pautas e bandeiras de luta.



Figura 1 – Montagem de Prints (Instagram de @guajajarasonia, @celiaxakriaba, @julianacardoso_pt e @silviawaiapi, no sentido horário)

Ao observarmos as postagens de Sonia Guajajara, Célia Xakriabá e Juliana Cardoso é evidente o vínculo político com a candidatura de Lula e com outras candidaturas do PT e do PSOL. Nas postagens de Sonia e Célia, o chamamento da causa indígena é central, embora esteja fortemente articulado às pautas das candidaturas negras, especialmente de mulheres. Em alguns vídeos publicados por Sonia, foi repetido o bordão com o convite para “aldear e aquilombar”⁶ política, a exemplo da união com a

⁶ Disponível em <https://www.instagram.com/p/CjBfTPTughl/>

Dossiê Comunicação e Pensamento Indígena

também candidata Ediane Maria (PSOL-SP), do MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto⁷), convocando nexos do território de São Paulo com as culturas indígenas, articulando as lutas dos povos originários e negros frente ao capitalismo neoliberal, sustentado em processos coloniais.

A composição da identidade eleitoral de Sonia é evidenciada pela presença recorrente de indígenas de distintas etnias, a exemplo de Chirley Pankará, Shirley Krenak⁸ e Watatakalu do povo Yawalpiti⁹, para citar algumas, e com artistas, apresentadores e ativistas, como no vídeo postado em 29 de setembro de 2022. No audiovisual, se manifestam Chico Buarque, Caetano Veloso, Arnaldo Antunes, Alessandra Negrini, Preta Ferreira, Katu Mirim, entre outros, além de Guilherme Boulos e Manuela D'Ávila (PC do B)¹⁰. A ligação com a candidatura de Lula aparece em quase 20% dos posts, em audiovisuais e cards¹¹. Ao lado das imagens de aves e animais e da frase “Floresta em pé, Fascismo no chão”, o material exprimiu a aliança entre causa indígena, preservação da natureza e vitória sobre a extrema direita bolsonarista¹².

Célia também reforça o vínculo com as candidaturas negras ao afirmar, em material conjunto com Macaé Evaristo (PT-MG), que “chegou a hora do turbante e do cocar”¹³. Nessa aliança entre mulheres racializadas emerge também a pauta ambiental e climática quando, ao lado de Adriana Souza

⁷ Disponível em https://www.instagram.com/p/CjD-nj7PLdX/?img_index=1

⁸ Disponível em <https://www.instagram.com/p/CjB23hLLtY/>

⁹ Disponível em <https://www.instagram.com/p/CjJmmPCMi4v/>

¹⁰ Disponível em <https://www.instagram.com/p/CjGr-LsJ8cF/>

¹¹ A forte aliança com o então candidato Lula, evidenciada nas visualidades, com a vitória de ambos, se desdobrou na criação do Ministério dos Povos Indígenas e na nomeação de Sonia para o cargo.

¹² Disponível em <https://www.instagram.com/p/CjBIP1SOCvj/>

¹³ Disponível em <https://www.instagram.com/p/Ci6N8JDuin/>

Dossiê Comunicação e Pensamento Indígena

(PT-MG), afirma que são candidatas comprometidas com as águas e com a justiça socioambiental, além de afirmar “colocamos nossos corpos à disposição para aldear e maternar a política”¹⁴. As publicações de Célia revelam um cuidado com a composição da imagem em fotos e vídeos com relevante qualidade técnica ao lado de momentos gravados com “celular na mão” que buscam a aproximação e partilha do cotidiano da campanha. Nesse formato, temos diversos vídeos de apoio, de artistas, lideranças políticas do seu partido e da base aliada, líderes do movimento indígenas, entre outros.

No caso de Juliana Cardoso (PT), a dimensão indígena também é acionada, mas entra em equilíbrio com outros atravessamentos: a sua luta em prol da saúde pública, questões de gênero e a sua identificação a partir das periferias urbanas. A apresentação das alianças e apoios políticos acontece de diversas formas: muitos cards associados à Lula e, diferente de Sonia e Célia, a presença constante também de Fernando Haddad¹⁵. Há ainda postagens de figuras políticas proeminentes no cenário nacional, como Eduardo Suplicy (vereador do PT-SP) e a ex-presidenta Dilma Rousseff (PT), além de outras candidatas a deputadas estaduais pelo PT (como Professora Bebel) e Chirley Pankará do PSOL¹⁶. Demonstra-se grande dedicação à articulação visual entre as postagens e as pautas políticas: há uma predominância dos tons de vermelho, típicos do PT, nas suas postagens, bem como um uso recorrente de adesivos e o bottons de campanha.

¹⁴ Disponível em <https://www.instagram.com/p/Ci6LzmFOa4A/>

¹⁵ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Ci4xLbHsAH1/>

¹⁶ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CiEUuDjLh-3/>

Dossiê Comunicação e Pensamento Indígena

Também Silvia Waiãpi (PL) explicita sua posição política com relação à candidatura presidencial de Bolsonaro, materializa em seus posts a aliança com o seu partido (PL) e se mostra comprometida com outros candidatos a Deputado Federal, intitulados como “leais do capitão”. Suas postagens durante o período da campanha eleitoral são majoritariamente de apoio a Bolsonaro; busca de votos para os deputados bolsonaristas; alinhamento com Michele Bolsonaro e outras mulheres ligadas a ele; e repúdio ao presidente Lula, sempre evidenciando uma polarização política. Assumindo a estética verde e amarela e o formato dos cards largamente utilizados durante o período eleitoral, Silvia também se valeu de seus pares políticos e seus valores para promover sua campanha. No vídeo de Eduardo Bolsonaro, publicado em 28 de setembro de 2022, ele ressalta as características amplamente reforçadas pela própria Silvia ao longo da corrida eleitoral: “O sobrenome fala muito sobre ela, que tem origem indígena, militar, oficial das Forças Armadas”¹⁷.

No que diz respeito às comunidades de pertencimento, acionadas como bases políticas, percebemos que a campanha de Célia Xakriabá (PSOL) dedica tempo e espaço de campanha à construção uma dimensão afetiva-corporal dos seus laços políticos. As mãos dadas e os olhos nos olhos são marcas recorrentes das suas postagens. Esses gestos são explicitados em muitos momentos, como no carrossel de imagens do seu encontro com parentes Maxakali e Krenak. Na Figura 1, vemos Célia e outra indígena mulher, embora de diferentes grupos étnicos, selando a união e reforçando a ligação com as comunidades originárias. Essa fotografia aciona um encontro geracional e reverência pelos ensinamentos e pelas histórias daquelas que vieram antes. Em ritual, entre parentes, a

¹⁷ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CjDJVqxOBct/>

Dossiê Comunicação e Pensamento Indígena

candidata celebra a possibilidade de passar seus últimos dias de campanha “com pessoas que são da nossa terra”¹⁸.

Juliana Cardoso (PT) destaca a base popular de seu apoio durante a campanha, divulgando suas participações em passeatas, caminhadas e marchas em bairros de São Paulo, como Vila Prudente, Brás e Itaquera, e campanhas e visitas no interior do estado, como Sapopemba, ocasiões nas quais ela insere fotos e vídeos que mostram o envolvimento da população local. O apoio de artistas locais e coletivos culturais também é bastante evidente, ganhando destaque o grupo “Criminal Rap”, que compôs um rap de divulgação e apoio a sua candidatura, resgatando sua biografia e trajetória política. Somado a esses grupos, aparecem também os apoios que ela nutre junto da população indígena, em especial vinculada à Terena¹⁹.

No caso de Silvia Waiãpi (PL), a sua trajetória biográfica, vinculada às forças armadas, é recorrentemente convocada para sinalizar um apoio à sua candidatura. Em vídeo publicado em 25 de setembro de 2022, Silvia aparece com o rosto pintado e adorno indígena na cabeça, dando palavras de ordem em frente a um pelotão do Exército: “(...) Uma tropa que já foi para a trincheira sabe sobreviver às intempéries de uma selva. Não deixará que subjuguem o nosso povo e nem que levem a nossa liberdade. Entendido?”²⁰.

A diversidade de filiações partidárias e orientações políticas dessas candidatas evidencia a impossibilidade de pensar o campo indígena como um bloco homogêneo. Sonia Guajajara (PSOL-SP) e

¹⁸ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CjWizHAr3bl/>

¹⁹ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CjLlaMir3bE/>

²⁰ Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/Ci7lrThD34w/>

Dossiê Comunicação e Pensamento Indígena

Célia Xakriabá (PSOL-MG) atuam dentro de um projeto de esquerda de base decolonial, feminista e ecossocialista. Ambas são ligadas à Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), e suas candidaturas fazem parte do movimento coletivo de ocupação indígena da política, conforme explicitado na carta-manifesto da APIB de 2017.

Juliana Cardoso (PT-SP) ocupa um lugar interseccional. Com longa trajetória como militante feminista e vereadora em São Paulo, ela traz sua ascendência afroindígena com um dos eixos campanha – algo bastante evidenciado, inclusive na afirmação recorrente do seu apoio à formação de uma “bancada do cocar” no Congresso. Essa inserção é marcada também por uma experiência de identidade apagada ou negada na cidade, revelando os desafios da identificação indígena não-aldeada e em corpos que fogem ao modelo hegemônico de “visualidade indígena” validado pelo imaginário dominante²¹. Sua atuação, embora voltada à justiça social, aos direitos humanos, ao direito à cidade e à saúde da mulher, ainda experimenta os limites da legibilidade de sua identidade indígena na esfera pública.

Em contraste, Silvia Waiãpi (PL-AP), militar da reserva e alinhada ao bolsonarismo, mobiliza uma identidade indígena vinculada à ordem, à disciplina e ao nacionalismo cristão-conservador, evidenciando a sintonia com este grupo político. Sua atuação se insere em um projeto de assimilação ao Estado-nação, muitas vezes antagonizando com a pauta coletiva dos povos indígenas, especialmente em temas como demarcação de terras, direitos coletivos e crítica ao agronegócio.

²¹ O questionamento da sua identidade é tão recorrente que, no dia da posse, em entrevista a uma jornalista, ela é questionada sobre sua identificação como indígena e se iria compor a “bancada do cocar”.

Dossiê Comunicação e Pensamento Indígena

Waiãpi frequentemente se coloca como “prova” de que indígenas podem “vencer” pelo mérito individual, em sintonia com a retórica neoliberal e anti-identitária da extrema direita.

Construção de si

Sonia Guajajara e Célia Xakriabá, ambas filiadas ao PSOL, constroem suas imagens a partir da ancestralidade como estética e ética política. Seus perfis articulam corpo, território e espiritualidade como elementos de enfrentamento à colonialidade do poder. Assim, ao mesmo tempo em que dialogam com elementos que remetem a um repertório imagético associado às populações indígenas – com grafismos, cocares, canto e presença coletiva – suas postagens reatualizam a ancestralidade como ferramenta de denúncia e proposição.

A performatividade de Sonia nas postagens revela a sutura na sua identidade política da sua experiência de aldeamento rural com o cotidiano eleitoral em eventos, com seu eleitorado, em espaços urbanos. Parentes de etnias diversas são mostrados em suas aldeias, expressando apoio com cartazes e vestidos com colares, pulseiras e cocares, o que aciona uma visualidade de marcações tradicionais de identidades indígenas no Brasil. A importância desta inscrição corporal se destaca também no modo como a candidata recorreu à produção de duas fotos posadas em estúdio, evidenciando o sofisticado tratamento da sua apresentação pessoal. Na Figura 2, o corpo de Sonia aparece encoberto e atravessado pela exuberância do cocar azul celeste. Nessa imagem, ela dá um corpo à beleza da indígena mulher, como uma performatividade que intersecciona em sua identidade eleitoral às dimensões étnico-racial e de gênero.

Dossiê Comunicação e Pensamento Indígena

Para a campanha de Célia, o cocar é peça fundamental da sua ocupação de espaço público, assim como os grafismos corporais e peças de vestuário que ela mesma cria e produz. A ideia de “reflorestar” aparece como seu slogan “Reflorestar o Congresso Nacional” e apresenta uma identidade visual formada por cores fortes, elementos naturais e elementos visuais que se articulam em uma logomarca criada a partir do nome da candidata e símbolos do congresso nacional, demarcados por um tipo de grafismo indígena. Na imagem que aparece na Figura 2, o verde e amarelo são “retomados” por Célia, que aparece de punhos cerrados para o ar em diálogo com uma “outra” bandeira do Brasil. Nela vemos o “popular” em lugar do “progresso” e grafismos que simbolizam florestas e gentes. A legenda afirma que é hora de “demarcar” as urnas, o uso do termo recupera uma das principais pautas do movimento indígena, a demarcação de suas terras que aqui aparece em um sentido ampliado para dizer das terras da política institucional e do poder oficial.

Juliana Cardoso, que já detinha uma trajetória política consolidada como vereadora e militante do PT, articula uma campanha eleitoral permeada por uma construção identitária interseccional, conjugando suas identificações enquanto mulher negra, indígena e ativista dos direitos humanos. Ela reforça, não só pela presença junto aos pares, mas pelos temas que encampa e defende, sua associação junto aos movimentos sociais de base e aos grupos periféricos de São Paulo. Seu corpo político também remete a uma territorialidade urbana e periférica, revelada pelos trânsitos e pelas espacialidades que ocupa (em passeatas, panfletagem, reuniões de coletivos e comunidades). Sua presença indígena se projeta de forma mais simbólica do que visual, o que abre espaço para debater os limites e as estratégias de performar a identidade indígena em contextos urbanos, mestiços e invisibilizados. Nesse contexto, sua campanha tenta reforçar sua identidade indígena como pauta

Dossiê Comunicação e Pensamento Indígena

relevante na sua atuação política, de forma que ela aparece como temas de inscrição e luta política ao lado dos direitos humanos e das mulheres (vide Figura 2).

Silvia Waiãpi, por sua vez, performa uma presença indígena alinhada ao projeto bolsonarista, cuja tônica procura evidenciar a capacidade de articulação pacificada entre o indígena e o urbano. Seu perfil no Instagram reconfigura a ancestralidade como patriotismo, pareando-os com símbolos mobilizados pelo bolsonarismo no contexto político nacional (bandeira do Brasil, militarismo e discurso cristão-conservador) e deslocando o corpo indígena para uma gramática nacionalista e individualista. Ou seja, sua visualidade indígena aparece intercalada a imagens em que o corpo é coberto por uniformes militares ou vestes formais, produzindo uma estética de adequação ao “centro” do poder, cujo acento remete à tônica universalista da incorporação aplainada da diferença. Um momento exemplar se dá quando ela tenta falar em nome da comunidade indígena, ao confrontar o que denomina “ideal imaginário de pertencimento étnico”, que a obrigaria “a viver ainda em 1500” para ter sua identidade reconhecida. Em um trecho da entrevista concedida a um programa de televisão (Figura 2), Silvia aciona o seu “currículo” e “capacidades” para reivindicar: “Eu posso ser tudo aquilo que vocês são, sem deixar de ser aquilo que eu sou”.

Dossiê Comunicação e Pensamento Indígena



Figura 2 – Montagem de Prints. (Instagram de @guajajarasonia, @celiaxakriaba, @silviawaiapi e @julianacardoso_pt, no sentido horário).

Neste conjunto, a diversidade performativa ensejada pelas candidatas revela que não existe uma única forma de ser indígena mulher na política – e que os corpos indígenas, longe de serem homogêneos, são atravessados por disputas internas, alianças, tensões e projetos, por vezes, antagônicos. E, simultaneamente, revelam a importância de uma leitura contextualizada desses marcadores de identidade acionados. Trata-se, portanto, de uma presença plural, que demanda análise cuidadosa e não essencializante.

O Instagram, como espaço performativo e regulado por lógicas algorítmicas e imagéticas, exige a produção constante de imagens que atualizem a presença política e construam identidades eleitorais

Dossiê Comunicação e Pensamento Indígena

legíveis e desejáveis. Sonia Guajajara e Célia Xakriabá buscam fazer do Instagram uma extensão do corpo-território: suas postagens enfatizam o pertencimento coletivo, a força ancestral, o canto e o ritual como tecnologias políticas. Seus corpos não são apenas mostrados – são coreografados em alianças e temporalidades que escapam à lógica da política performada como espetáculo individual.

Juliana Cardoso adota uma performance mais tradicional da militância de esquerda, com ênfase em agendas sociais e coletivas. Sua presença no Instagram é marcada por denúncias, compromissos parlamentares e participação em eventos públicos. A ancestralidade aparece mais como dado de perfil e um tema de engajamento político, e menos como elemento constitutivo da sua discursividade. Isso evidencia um limite da plataforma para inscrever identidades indígenas que não se enquadram no modelo imagético hegemônico da “visualidade indígena”.

Já Silvia Waiãpi mobiliza o Instagram como ferramenta de afirmação individual, onde o corpo é enquadrado na lógica do sucesso pessoal. A presença indígena aparece pontualmente, muitas vezes descolada de coletivos ou rituais, e inserida em narrativas de ascensão social, patriotismo, obediência à autoridade e combate à “ideologia de esquerda”. Sua performatividade no Instagram faz do corpo indígena um emblema conservador, operando como contra imagem às candidaturas indígenas progressistas.

Entre reflorestar, apagar e se misturar

Este artigo buscou analisar como diferentes indígenas mulheres, com projetos políticos diversos, construíram suas identidades eleitorais no Instagram, acionando ou neutralizando visualidades

Dossiê Comunicação e Pensamento Indígena

específicas em momentos estratégicos da política institucional. O foco na corporalidade permitiu perceber que o corpo indígena é um território em disputa, não apenas entre indígenas e não indígenas, mas dentro do próprio campo indígena, onde se confrontam visões distintas de representação, ancestralidade, pertencimento e projeto de país.

A análise da performatividade das quatro candidatas no Instagram evidencia que a presença indígena na política institucional é um campo múltiplo, marcado por divergências, contradições e enfrentamentos. A corporalidade, entendida como modo de estar, de aparecer e de se relacionar com o espaço político, é elemento central na constituição dessas subjetividades políticas. Quando Sonia Guajajara e Célia Xakriabá mobilizam cocares, grafismos e visualidades ancestrais, ou quando Juliana Cardoso articula sua autoidentificação afroindígena a agendas urbanas e periféricas, esses corpos operam como mediações entre territórios, histórias e públicos diversos. Já no caso de Silvia Waiãpi, a visualidade que intercala ancestralidade com símbolos militares e nacionalistas se torna mediação para uma reivindicação outra: a de um pertencimento indígena compatível com o projeto bolsonarista de integração disciplinada ao Estado-nação. Assim, cada performance corporal se apresenta como uma forma de advocacia, seja de forma complementar ou tensionada por projetos políticos fortemente divergentes.

Assim, a ancestralidade visual de Sonia Guajajara e Célia Xakriabá, a estética interseccional de Juliana Cardoso ou a militarizada de Silvia Waiãpi operam dentro de uma ecologia algorítmica que tende a recompensar consistência visual, intensidade afetiva e narrativas identitárias legíveis. Nesse sentido, os corpos das candidatas são não apenas representações de si, mas produtos negociados com filtros,

Dossiê Comunicação e Pensamento Indígena

métricas, tendências e formatos que determinam sua legibilidade pública. Seja na afirmação ritualística da ancestralidade, na inscrição urbana da mestiçagem invisibilizada, ou na performance conservadora da integração, os corpos dessas mulheres produzem sentidos e são lidos conforme os regimes estéticos, políticos e raciais em que operam.

Compreender a performatividade dessas candidaturas exige não apenas atenção às visualidades projetadas, mas também aos silenciamentos, apagamentos e interdições que cada corpo carrega. Reflorestar a política, nesse contexto, é reconhecer que não há um só modo legítimo de ser indígena: a experiência do aldeamento ou a perda dessa dimensão resultante da expulsão de seus territórios e a pluralidade de inscrições corporais é parte do próprio processo de descolonização da política, evitando a definição de identidades essencialistas.

Se para Sonia Guajajara e Célia Xakriabá reflorestar a política é ocupar com presença insurgente e estética ameríndia, para Silvia Waiãpi a estratégia é disciplinar esse corpo e alinhar-se à norma. Já Juliana Cardoso, ao operar nas interseccionalidades, revela as dificuldades e possibilidades de inscrição da identidade indígena em corpos não-hegemônicos e fora dos estereótipos visuais, bem como um tipo de reorganização identitária, frente às suturas contemporâneas, constituídas em espaços urbanos que tiveram seu passado indígena quase apagado.

Reflorestar a política, portanto, implica também descolonizar o olhar, incluindo o nosso, enquanto mulheres brancas que, na condição de pesquisadoras, se debruçam sobre as questões interseccionais aqui discutidas. Apostamos nesse caminho para nos aproximar da pluralidade dos corpos indígenas,

Dossiê Comunicação e Pensamento Indígena

sem reduzi-los ou hierarquizá-los. A performatividade ameríndia na política é um campo tenso, contraditório e múltiplo. E, por isso mesmo, tão fundamental

Referências

- APIB. (2017, 31 de janeiro). *Carta aos povos indígenas do Brasil: Por um parlamento cada vez mais indígena*. <https://apiboficial.org/2017/01/31/carta-aos-povos-indigenas-do-brasil-por-um-parlamento-cada-vez-mais-indigena/>
- Baniwa, R. (2019). *O índio brasileiro: O que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje*. Claro Enigma.
- Baniwa, B., Kaingang, J., Guajajara, K., & Tembê, P. (2022). Corpos territórios indígenas: Mulheres e participação política no Brasil. In R. Verdum, L. R. Paula, & A. C. de S. Lima (Orgs.), *Participação indígena em eleições: Desafios técnicos e políticos no processo eleitoral brasileiros de 2022*. Mórula.
- Bucher, T. (2018). *If... then: Algorithmic power and politics*. Oxford University Press.
- Bucher, T., & Helmond, A. (2018). The affordances of social media platforms. In J. Burgess, A. Marwick, & T. Poell (Eds.), *The SAGE handbook of social media* (pp. 233–253). SAGE.
- Butler, J. (2015). *Relatar a si mesmo: Crítica da violência ética* (R. Bettoni, Trad.). Autêntica.
- Butler, J. (2018). *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Civilização Brasileira.
- Caetano, R. D., Marques, G. dos S., & Mendonça, R. F. (2024). Expectativas de gênero em campanhas: A incorporação do feminino na representação visual do masculino. *Cadernos Pagu*, 71, e2471009. <https://doi.org/10.1590/18094449202400710009>
- Foucault, M. (1995). *Vigiar e punir: Nascimento da prisão*. Vozes.
- Gillespie, T. (2014). The relevance of algorithms. In T. Gillespie, P. J. Boczkowski, & K. A. Foot (Eds.), *Media technologies: Essays on communication, materiality, and society* (pp. 167–194). MIT Press.
- Hall, S. (2009). Quem precisa da identidade? In T. T. da Silva (Org.), *Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais* (pp. 103–133). Vozes.
- Harari, T. (2022). Políticas para adiar o fim do mundo: (Re)imaginando políticas públicas a partir da presença indígena no Congresso Federal brasileiro [Dissertação de mestrado, Fundação Getulio Vargas].

Dossiê Comunicação e Pensamento Indígena

- Hjarvard, S. (2013). *The mediatization of culture and society*. Routledge.
<https://www.routledge.com/The-Mediatization-of-Culture-and-Society/Hjarvard/p/book/9780415630133>
- Kopenawa, D., & Albert, B. (2015). *A queda do céu: Palavras de um xamã yanomami*. Companhia das Letras.
- Lugones, M. (2014). *Coloniality of gender*. Duke University Press.
- Matos, M. H. (2012). Mulheres no movimento indígena: Do espaço de complementariedade ao lugar da especificidade. In A. Sacchi & M. M. Gramkow (Orgs.), *Gênero e povos indígenas* (pp. 140–171). Museu do Índio.
- Matos, D., Prado, D., Maia, J., Tassis, N. Candidatas indígenas eleitas e sua atuação no Instagram: corpos em disputa. In Silva, F. M. da, et al. (Orgs.). (2024). *Tempos e espaços: reflexões sobre a historicidade dos processos comunicacionais* [Livro eletrônico]. FAFICH/Selo PPGCOM/UFMG.
<https://seloppgcomufmg.com.br/colecoes/corpos-em-tempos-e-espacos/>
- Mignolo, W., & Walsh, C. (2018). *On decoloniality: Concepts, analytics, praxis*. Duke University Press.
- Mirzoeff, N. (2003). *Una introducción a la cultura visual* (P. G. Segura, Trad.). Paidós.
- Noble, S. U. (2018). *Algorithms of oppression: How search engines reinforce racism*. New York University Press.
- Panke, L. (2016). *Campanhas eleitorais para mulheres: Desafios e tendências*. Editora UFPR.
<https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/68160>
- Pereira, N. T. (2025). *O futuro ancestral da comunicação política: Análise e reflexões sobre as primeiras candidaturas indígenas para deputadas federais do Pará* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Pará].
- Povinelli, E. A. (2016). *Geontologies: A requiem to late liberalism*. Duke University Press.
- Quijano, A. (2005). Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In E. Lander (Org.), *A colonialidade do saber: Eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas* (pp. 116–142). CLACSO.
- Simpson, A. (2014). *Mohawk interruptus: Political life across the borders of settler states*. Duke University Press.
- Rolnik, S. (2018). Antropofagia zumbi? Sobre o retorno do regime colonial de inconsciente e o desafio de descolonizar o inconsciente. *Revista Piseagrama*, 10. <https://piseagrama.org/edicao/10>
- Saward, M. (2010). *The representative claim*. Oxford University Press.
- Sibilia, P. (2008). *O show do eu: A intimidade como espetáculo*. Nova Fronteira.

Dossiê Comunicação e Pensamento Indígena

Urbinati, N. (2006). *Representative democracy: Principles and genealogy*. University of Chicago Press.

Van Dijck, J., Poell, T., & de Waal, M. (2018). *The platform society: Public values in a connective world*. Oxford University Press. <https://global.oup.com/academic/product/the-platform-society-9780198812714>

Williams, R. (1979). *Marxismo e literatura* (W. Dutra, Trad.). Zahar.